

# Navegar, lutar, pedir e... receber

## (As concorrências nas fortalezas da Barra do Rio de Janeiro nas consultas do Conselho Ultramarino, na segunda metade do século XVII, no Rio de Janeiro)<sup>1</sup>

**Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira**

*É Mestre em História Social pela UFRJ (2010). Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente, está vinculado à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia - RJ, onde desenvolve a pesquisa "História da Aldeia de São Pedro". É Pesquisador no projeto "Cores da escravidão no Atlântico Sul de língua portuguesa" (c. 1720- c.1850). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e do Brasil, e atua também na área de Educação.*

### RESUMO

O artigo pretende traçar um perfil, tanto social como militar, dos Capitães das fortalezas localizadas na entrada da Baía de Guanabara, na segunda metade do século XVII. Analisaremos as duas fortalezas mais relevantes, a de São João e a de Santa Cruz. Estes fortes são importantes não só pela defesa bélica da região, devido à sua posição estratégica, mas também pelo controle sobre o comércio marítimo da cidade, que não podia ser dissociado da questão militar. Além disto, também pretende dialogar com historiografia que trata do tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio de Janeiro; história militar; Brasil Colônia

### ABSTRACT

This work aims to outline a profile, both social and military, of the fortresses' captains in the entrance of the Guanabara Bay on the second half of the 17th century. We will analyze the most important fortresses: São João and Santa Cruz. Those forts are important not only for the local protection (due to its strategic position) but also for controlling the maritime trade of the city which could not be dissociated from the military importance. Besides, this work also will dialog with the historiography's theme.

**KEY-WORDS:** Rio de Janeiro; military history; colonial Brazil

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa que desenvolvemos na pós-graduação em História Social da UFRJ. Gostaria de agradecer os comentários de Marcelo José Gomes Loureiro e o incentivo e a paciência do prof. João Fragoso.

**TANTO MAR**<sup>2</sup> - CHICO BUARQUE

Foi bonita a festa, pá  
Fiquei contente  
E inda guardo, renitente  
Um velho cravo para mim

(...)

Sei que há léguas a nos separar  
Tanto mar, tanto mar  
Sei também quanto é preciso, pá  
Navegar, navegar

Canta a primavera, pá  
Cá estou carente  
Manda novamente  
Algum cheirinho de alecrim<sup>3</sup>

Certamente os portugueses do século XVII sabiam o quanto era importante navegar, navegar. Mas, mais do que isto, eram conscientes da importância de ao navegar prestarem serviços à Sua Majestade. Assim sendo, poderiam ser reconhecidos como bons vassalos e, dentro do sistema de mercês,<sup>4</sup> receberiam benesses que provavelmente comemorariam, possibilitando ao poeta escrever: foi bonita a festa, pá.

A inspiração de Chico Buarque poderia ter vindo do ocorrido em Salvador, na Bahia. Em 1644, o novo Rei de Portugal, Dom João IV, confirmava Antônio Curvelo Escudeiro, no ofício de Capitão da Fortaleza de São João na cidade do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Tal ato era forçoso posto que a União Ibérica (1580-1640) havia acabado e o mesmo teria sido empossado entre os anos de 1633 e 1634,

provavelmente pela Duquesa de Mântua,<sup>6</sup> quando governou o Reino. Desta forma, o Capitão Antonio Curvelo Escudeiro se não fez uma bonita festa, pelo menos, ficou mais tranquilo, visto a instabilidade que se passava no momento da Restauração Portuguesa. Esta nomeação, apesar de ter sido feita pelo governador, não foge à regra daquela conjuntura. Mesmo o monarca, Dom João IV, parece confirmar as nomeações feitas durante o período dos Áustrias.<sup>7</sup>

No entanto, como o Capitão Antonio Curvelo Escudeiro chegou a este ofício? Que feitos bélicos teria feito? Que patentes teria ocupado? Quais as habilidades militares e características que deveria possuir para tal?

Neste artigo, analisaremos o perfil dos Capitães das duas fortalezas mais importantes da capitania do Rio de Janeiro, a de

<sup>2</sup> Cara Nova Editora Musical Ltda. Disco "Chico Buarque – 1978".

<sup>3</sup> Apesar de a música ter sido composta para outro momento histórico, governos militares brasileiros (1964-1984), diferente do qual estamos trabalhando, podemos utilizar alguns dos valores apresentados. Isto se torna possível pelo fato da canção fazer menção a um ideário luso há muito sublinhado por grandes poetas portugueses que remontam à época das descobertas.

<sup>4</sup> Cf. HESPAÑHA, António. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994. E XAVIER, Ângela B. & HESPAÑHA, António. As redes clientelares. In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 381-394.

<sup>5</sup> Coleção Resgate – Castro Almeida - Documentos avulsos (CA), Rolo 2, Caixa 2, Doc. 338.

<sup>6</sup> Salvador Correa de Sá e Benevides faz menção ao fato do dito Antonio estar servindo desde 1633, como Capitão desta fortaleza. Cf. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, vol. 1, p. 70, datado de 20/6/1645. Há outro documento que diz que teria sido nomeado pela Duquesa de Mântua, logo depois de 1634. Cf. CA, Rolo 2, Caixa 2, Doc. 339. No entanto, este desencontro para nós pouco importa. A Duquesa, Margarida de Sabóia, teria sido a última vice-rainha de Portugal (1634-1640).

<sup>7</sup> OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 107.

Santa Cruz e a de São João, localizadas na entrada da barra desta cidade. Para isto, focalizaremos em especial as consultas elaboradas pelo Conselho Ultramarino e como os conselheiros desta instituição se posicionaram na recomendação que faziam ao rei para que escolhesse o ocupante ao posto. Trabalharemos, grosso modo, com a segunda metade dos seiscentos, período iniciado pela Restauração Portuguesa (1640) e a subida de Dom João V ao trono (1706). Nosso corte temporal se situa entre o fim da União Ibérica e as primeiras descobertas das minas na América portuguesa, na virada do século XVII para o XVIII.

Os dois fortes, Santa Cruz e São João, se localizam na entrada da Baía de Guanabara, que banha o porto da cidade do Rio de Janeiro. O de Santa Cruz hoje se encontra na cidade de Niterói, ao lado direito de quem chega ao recôncavo pelo Oceano Atlântico, região conhecida no século XVII como banda “dâlem”. Já o de São João fica aos pés de um dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro, o famoso bondinho do Morro Pão de Açúcar, no bairro atualmente conhecido como Urca. Lá do alto conseguimos, ainda hoje, visualizar as duas construções e percebemos que uma está praticamente de frente para outra, o que facilitava o controle da circulação dos navios que chegavam e saíam da urbe.

Mas, nada melhor do que depoimentos coevos de viajantes, que por lá passaram, para nos dar uma ideia de como era este cenário. Um anônimo viajante francês registrou, em 1703: “A entrada do porto parece bastante bem guardada. Ela é defendida por duas fortalezas [Santa Cruz e São João], entre as quais é necessário passar, o que torna um ataque à cidade tarefa de difícil execução”.<sup>8</sup> Ao continuar a sua descrição

sob a entrada da baía e as qualidades de suas fortificações relatou certa particularidade: “Isso se dá graças à estreiteza da embocadura que dá acesso ao porto e à cidade, embocadura que obriga os navios a passarem muito próximo da Fortaleza de Santa Cruz”.<sup>9</sup> Em 1748, um desconhecido tripulante do navio francês L’Arc-en-Ciel comentou sobre a Fortaleza de Santa Cruz: “(...) a mais importante do País, está situada sobre a ponte de um rochedo, num local onde todos os barcos que entram ou saem do porto são obrigados a passar a uma distância inferior ao alcance de um tiro de mosquete”.<sup>10</sup>

A construção dos dois fortes havia sido planejada pela coroa lusa em 1584, logo após a fundação da urbe por Estácio de Sá (1565). Assim, Salvador Correa de Sá - “o velho”,<sup>11</sup> em seu segundo período como governador do Rio de Janeiro (1578-1598),<sup>12</sup> começa a construção da Fortaleza Nossa Senhora da Guia na ponta leste. Este forte passou por uma restauração, em 1624, época da invasão holandesa, no Governo de Martim de Sá<sup>13</sup> (1623-1632),<sup>14</sup> quando passa a ser chamado de Santa Cruz. Nesta reforma houve a participação de vários índios tutelados pelos jesuítas da cidade, além de ter contado com a fiscalização direta do próprio governador que para lá se transferiu, passando o governo da capitania ao seu irmão, Gonçalo Correia de Sá.<sup>15</sup>

Serrão destacou que a ligação da família Sá com a capitania do Rio de Janeiro vinha desde sua fundação com Estácio de Sá, quando, com ajuda dos índios, expulsa os franceses da Guanabara. Passando pelas reformas empreendidas por Martim de Sá, momentos antes da Restauração, em 1637, quando empresta 60 mil cruzados para aperfeiçoar as fortalezas da cidade.<sup>16</sup> Contexto marcado pelo medo da expansão

<sup>8</sup> FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 57.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>11</sup> Salvador Correa de Sá - “o velho” era primo de Estácio de Sá e avô paterno de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER, Charles. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. Coleção Brasileira, Vol. 353, p. 17-54.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 420.

<sup>13</sup> Pai de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER. *Salvador...* p. 410.

<sup>14</sup> BOXER. *Salvador...* p. 420.

<sup>15</sup> COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1965, p. 59-60.

<sup>16</sup> Cf. SERRÃO, J. V. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1649*. São Paulo: Cia editora nacional, 1968. Coleção Brasileira, vol. 336, p. 231 e AHU-RJ, cx. 1, doc. 81, 80, 78, 79, 38. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 1, D. 74.

dos holandeses para além da Bahia e Pernambuco, quando há grande preocupação em fortalecer a proteção de toda a costa da América atlântica. Contudo, a ligação e o domínio dos Sás nos postos das fortalezas já vinham desde o início do século.<sup>17</sup>

Já a Fortaleza de São João ficou completa em 1618. Passou por um processo de ampliação e melhoramento no ano de 1651, no Governo de Sebastião de Brito Pereira, que requereu aos moradores que ajudassem com um ou dois negros para a empreitada. O forte novamente foi reformado em 1675, no Governo de Matias da Cunha.

Para além do ponto estratégico de defesa, os baluartes também eram relevantes posto que permitiam aos Capitães ter acesso ao dinheiro de diversas maneiras. Uma delas era gerir os recursos que recebiam para sua manutenção, como alimentar soldados, dar-lhes vestimentas, armas e outras coisas imprescindíveis. Outra forma de acesso ao dinheiro era por meio dos chamados proes, emolumentos, soldos e outros termos<sup>18</sup> que os Capitães recebiam. Todos estes recursos eram fundamentais, pois permitiam, junto com outros ofícios reais, acumular riqueza para investir na produção de açúcar e na compra de escravos, que trabalhariam naquela atividade. O ofício também era importante, pois poderia atuar no comércio da cidade, uma vez que controlava o fluxo de navios que navegavam no recôncavo.

Dito isto, para o nosso recorte temporal, temos as seguintes nomeações para a Fortaleza de Santa Cruz feitas pelo rei:

1) 1646 – Antonio Nogueira da Silva;<sup>19</sup>

2) 1664 – Baltasar Cesar D'êça;<sup>20</sup>

3) 1667 – Antonio da Costa Brito;<sup>21</sup>

4) 1669 – Manuel da Silva;<sup>22</sup>

5) 1685 – Manuel da Costa Cabral;<sup>23</sup>

6) 1686 – José da Costa de Oliveira.<sup>24</sup>

Já para a Fortaleza de São João temos:

1) 1660 – Ascenço Gonçalves Matoso;<sup>25</sup>

2) 1669 – Francisco Pinto Pereira;<sup>26</sup>

3) 1671 – Agostinho de Barros de Vasconcelos;<sup>27</sup>

4) 1700 – Manuel Luiz.<sup>28</sup>

Observando estes personagens podemos perceber que algumas características saltam aos olhos e nos permitem traçar um perfil de seus ocupantes<sup>29</sup>.

Dentro destes seis Capitães que apareceram na Fortaleza de Santa Cruz temos duas nomeações que não podem ser analisadas separadamente, a de Antonio Nogueira da Silva e a de José da Costa de Oliveira. Os chamaremos de filhos, pois os Capitães recebem o ofício mais pelos serviços de seus pais, que já ocupavam o posto, do que propriamente pelos seus feitos. Estes recebem a propriedade vitaliciamente como havia acontecido com os seus progenitores. Portanto, não devemos ver Antonio e José como pessoas individualizadas, separadas de sua

<sup>17</sup> Cf. FRAGOSO, J. *A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)*. In *Revista Topoi*. Rio Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 76-78.

<sup>18</sup> Expressões, junto com outras, que apareciam na nomeação do Capitão, só para citar um exemplo, Cf. ANRJ. Cód. 61, vol. 4, p. 56. Carta Patente do Capitão da Fortaleza de São João João, Correa de Faria, de 12/2/1661 "como também gozar de todas as proeminências, liberdade e isenções, proes e percalços que diretamente lhe pertencerem assim como houveram às pessoas que antes dele o serviram antes que o dito Capitão João Correa de Faria". Sempre que possível, optamos por transcrever os documentos utilizando a grafia atual. Exceção feita às palavras que não estavam claras na documentação por algum motivo, seja por estar manchada, rasurada, em branco ou rasgada e que por isso fomos obrigados a respeitar a grafia original.

<sup>19</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 1, p. 349 e 387v.

<sup>20</sup> CA, Rolo 5, Caixa 6, Doc. 1020-1021.

<sup>21</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 4, p. 654.

<sup>22</sup> ANRJ. Cód. vol. 5, p. 1018.

<sup>23</sup> AHU-RJ, cx. 5, doc. 79 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 517.

<sup>24</sup> AHU-RJ, cx. 5, doc. 79 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 517.

<sup>25</sup> CA, Rolo 4, Caixa 5, Doc. 843.

<sup>26</sup> CA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1086.

<sup>27</sup> CA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1138; ANRJ. Cód. 61, vol. 5, p. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, p. 103v.

<sup>28</sup> CA, Rolo 12, Caixa 12, Doc. 2352 e ANRJ do Rio de Janeiro. Cód. 77, vol. 5, p. 238.

<sup>29</sup> Traçaremos o perfil somente dos Capitães que foram nomeados pelo rei. Não trabalharemos com os Capitães que são indicados pelos governadores, quando o posto ficava vago por algum motivo, enquanto se esperava que o monarca escolhesse alguém para ocupar tal ofício.

base familiar. Como receberam o ofício pelos serviços de seus progenitores há uma relação de continuidade que se dá entre estes familiares. Esta é uma característica que não está presente no Forte de São João e independe das conjunturas, visto que estas duas nomeações se deram em panoramas diferentes. Enquanto a nomeação de Antonio, em 1649, se deu logo após a Restauração Portuguesa (1640), no Reinado de Dom João IV, em época bastante instável, a de José, em 1686, ocorre depois da consolidação do paz com a Espanha e o reconhecimento da independência portuguesa (1668). Mas, para entendermos melhor vejamos como aparece na documentação:

Com a petição referida apresentou o dito Clemente Nogueira da Silva que nela acusa, porque consta fazer lhe Vossa Majestade mercê da sucessão da Fortaleza de Santa Cruz da barra do Rio de Janeiro, para seu filho Antonio Nogueira da Silva, tendo consideração ao que o dito Clemente Nogueira, depois de despachado pelos postos serviços, foi abrindo em beneficio desta coroa, ocupando o posto da Fortaleza de Santa Cruz da barra do Rio de Janeiro, desde o ano de 635; até o presente [1648], e com os soldados, obras, e escravos que trazia ao trabalho, nas da fortificação, para aquela praça se achar nas defesas, nas ocasiões que se oferecesse depender muito de sua fazenda, mandando juntamente fabricar de seu dinheiro, os reparos necessários para a artilharia, para que estivesse em cavalgada quando se quisesse valer desta (...).<sup>30</sup>

A isto se deve, sobretudo, não só aos serviços que os pais prestaram nas diversas batalhas que participaram, mas também pelo fato, citado acima, de que estes usaram suas

fazendas e seus escravos na manutenção e reforma da fortaleza. Acontecimento que vez por outra será invocado pelos pretendentes ao cargo das duas fortalezas. Este grupo, até mesmo, por ter conseguido transmitir o ofício para seus descendentes, se instalou na cidade. Os filhos Antonio Nogueira da Silva e José da Costa de Oliveira eram naturais do Rio de Janeiro.<sup>31</sup> Seus pais eram, respectivamente, os Capitães Clemente Nogueira da Silva<sup>32</sup> e Manuel da Costa Cabral. Para além de se instalarem e constituírem gerações na localidade se aliaram aos senhores de engenho da região. Assim, por exemplo, Antonio tinha como avô materno Estevão Gomes, que havia sido um conquistador e primeiro senhor de engenho da família.<sup>33</sup> Seu irmão, homônimo de seu pai, se casa com filha de um par de seu avô, o Sargento-Mor Diogo Coelho de Albuquerque Maranhão.<sup>34</sup> Destarte parece se confirmar afirmativa feita por Hespanha, sobre a transmissão de ofícios para os filhos, visto que: "A patrimonialização dos ofícios existia, (...) sob a forma de atribuição de direitos sucessórios aos filhos dos oficiais (...); e era (...) o reconhecimento desses direitos que, (...), impedia (...) a venalidade, já que a coroa não podia vender os ofícios vacantes sem violar estes direitos de sucessão, (...)".<sup>35</sup>

Se por um lado estes Capitães de Santa Cruz e seus filhos os recebem por propriedade, os outros militares, mesmo nomeados pelo rei, são agraciados por período de três anos. Não conseguimos localizá-los na genealogia de Rheingantz. Não por falha do autor e sim pelo fato de não se instalarem na capitania. A trajetória do Capitão Manuel da Silva ilustra esta questão. Sabemos que trouxe sua família e seus filhos,<sup>36</sup> que não aparecem no corpus documental citado.

Aqui temos uma diferença em relação ao Forte de São João. Nesta fortaleza, o ofício é sempre dado como propriedade vitali-

<sup>30</sup> CA Rolo 3, Caixa 4, Doc. 645.

<sup>31</sup> RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

<sup>32</sup> Nomeado em 1635, antes do período que nos propomos a analisar. Cf. CA, Rolo 1, Caixa 1, Doc. 102.

<sup>33</sup> RHEINGANTZ. Op. cit. e FRAGOSO. *A Nobreza da República*.

<sup>34</sup> RHEINGANTZ. Op. cit. e FRAGOSO. *A Nobreza da República*.

<sup>35</sup> HESPAÑHA, Antonio Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns envios correntes*. In FRAGOSO, J. et al (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001, p. 183.

<sup>36</sup> CA, Rolo 1, Caixa 2, Doc. 196 e Rolo 6, Caixa 7, Doc. 1242.

ciamente.<sup>37</sup> Mesmo quando isto não ocorre, como foi o caso da nomeação de Francisco Pinto Pereira, em 1669, o Capitão acaba pleiteando e recebendo pelo mesmo período que seus antecessores haviam ganho.<sup>38</sup>

A posição espacial das fortalezas também influenciou no perfil de seus Capitães. A de São João se localizava na urbe do Rio de Janeiro, sendo de mais fácil acesso, o que possibilitaria a seu Capitão ter outras ocupações além da militar. Já a de Santa Cruz, pelas condições marítimas, era estrategicamente, do ponto de vista da defesa, mais importante, uma vez que as embarcações ao entrarem no recôncavo da Guanabara passavam mais perto desta, do que daquela. Ao mesmo tempo, sua localização geográfica dificultava a chegada a suas instalações, pois era forçoso atravessar a baía. Os Capitães deste forte tinham mais experiência militar que o de São João, não em tempo de serviço, mas sim em participações em batalhas mais importantes. É o caso de Manuel da Silva, nomeado em 1669, com 29 anos de serviços e com participação em campanhas das mais diversas (Bahia, Pernambuco, Portugal, Tânger, Angola, Benguela, Fortaleza de Outão em Setúbal), enquanto, apenas dois anos depois, em 1671, Agostinho de Barros de Vasconcelos era nomeado com 17 anos de feitos à coroa, com atuação em Pernambuco e Portugal, somente. Vale lembrar que ambas as escolhas foram feitas na mesma conjuntura, o que torna este fato mais explícito.

Ao mesmo tempo, como já vimos, os Capitães da Fortaleza de Santa Cruz que não

eram do grupo dos filhos não se instalam na região, voltando para o Reino logo após o término de período de 3 (três) anos. Portanto, são pessoas “estranhas” que não tiveram oportunidade de se incorporar à localidade, porque não quiseram ou não tinham nada a oferecer, ficando assim mais afastadas daquela sociedade. O que não ocorre na Fortaleza de São João. Os Capitães que não são naturais do Rio de Janeiro acabam se inserindo naquele universo, através de casamentos e/ou filhos que nascem e por lá ficam. Seja posteriormente a sua nomeação, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, nomeado em 1671, ou antes, como ocorreu com Manuel Luiz, nomeado em 1700.<sup>39</sup> Destarte, o posto passava a ser influenciado pelo universo e pelas questões locais. Fato que pode ajudar a entender o assassinato do Capitão da Fortaleza de São João, Francisco Pinto Pereira. Não sabemos exatamente quando e nem por que foi cometido este crime, mas teria se dado logo após o militar ter chegado ao Rio de Janeiro para assumir o ofício. Sua nomeação ocorreu em 1669, apenas dois anos depois, em 1671, Agostinho de Barros de Vasconcelos aparece sendo nomeado devido a este acontecimento. O pouco tempo que Francisco passou naquela capitania talvez não tenha lhe dado a oportunidade de se inserir na sociedade local ou quem sabe se negasse a fazê-lo ou até mesmo não fosse aceito, o que poderia ter motivado o crime.

Quanto às ligações sociais os Capitães da Fortaleza de Santa Cruz aparecem relacionados de alguma forma a família Sá, es-

<sup>37</sup> Ou pelo menos pelo tempo no qual o Capitão pudesse ocupar o ofício, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, que só é substituído em razão de sua precária saúde. Cf. AHU-RJ, cx. 6, doc. 118; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 6, D. 674.

<sup>38</sup> CA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1087-1088.

<sup>39</sup> Fragoso enfatiza que, na passagem para a segunda metade do seiscentos, as mulheres das elites no Rio de Janeiro deixavam de se casar com oficiais vindos da Europa, o que era necessário para consolidar uma sociedade ainda em formação. Esta prática era extremamente importante, pois a reprodução da economia ou uma melhor inserção na sociedade passavam obrigatoriamente pelo fato de pertencer ou não às instituições do Estado, uma vez que este pertencimento possibilitava uma série de vantagens para indivíduos e grupos. Cf. FRAGOSO, J. Um mercado dominado por 'bandos': ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In TEIXEIRA DA SILVA, F. et al (orgs.). Escritos sobre História e Educação. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 247-288. Interessante notar que os dois Capitães fogem a este padrão. Prova disto são as poucas informações que temos a respeito de suas descendências. Acreditamos que ambos não se instalaram na região. Agostinho deve ter voltado para o Reino, de onde era natural (Lisboa). Já Manuel, embora tivesse nascido nas Ilha de São Miguel, provavelmente se instalou na Nova Colônia de Sacramento. Mesmo que pareçam não ter ficado devem ter sido incorporados às redes comerciais que passavam pela região. Não devemos esquecer que era importante que elas tivessem representantes em outros lugares, sendo assim acreditamos que os dois Capitães podem ser enquadrados nesta situação.

pecialmente seu membro mais importante, Salvador Correa de Sá e Benevides, sejam por meio de elos familiares ou profissionais e militares. Mesmo no período em que este cai em desgraça, em função de conjunturas do Reino, no período entre 1667 e 1669,<sup>40</sup> os Capitães apresentam algum tipo de vinculação com este personagem. Desta monta, Antonio Nogueira da Silva era afilhado daquele.<sup>41</sup> Enquanto Antonio da Costa Brito, nomeado para o posto em 1667,<sup>42</sup> embarca por Capitão da Armada da Cia. Geral do Comércio com Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1658.<sup>43</sup> Mesmo se focalizarmos a conjuntura da capitania do Rio de Janeiro, em momento posterior à Revolta de 1660-1, a ligação continua a persistir. Assim, o filho José da Costa de Oliveira, nomeado em 1686, era cunhado de Martim Correa de Sá,<sup>44</sup> pois se casara com sua irmã, Dona Catarina do Espírito Santo, em 1700.<sup>45</sup>

Salvador Correa de Sá e Benevides era uma personalidade altamente poderosa e que tinha interesses não só nesta capitania, mas em diversas regiões do vasto Império português, além da América Hispânica. Possuía uma visão ampla, posto que já havia estado em várias partes do domínio luso, o que com certeza deve ter contribuído para que participasse do Conselho Ultramarino. Apesar da importância da família Sá na capitania, que remontava desde o tempo da fundação da cidade, em 1565, há uma perda de influência deste grupo nas nomeações do Forte de São João, especialmente após a Revolta contra este personagem, em 1660-1. Dentro de nosso recorte temporal, o primeiro Capitão nomeado, Ascenço Gonçalves Matoso, como seu antecessor, Antonio Curvelo Escudeiro, eram ligados aos Sás. Ascenço se casou, em 1655, com uma integrante deste grupo, Serafina Correa de Sá, cinco anos antes de sua nomeação. Posteriormente à Revolta, os Capitães da Fortaleza de São João não aparecem ligados aos

Sás. É o que podemos perceber na escolha de Agostinho de Barros de Vasconcelos, em 1671. Esta consulta é bastante simbólica e a única na qual conseguimos ver Salvador Correa de Sá e Benevides atuando como conselheiro na nomeação de algum Capitão das duas fortalezas analisadas.

No seu parecer como membro do Conselho Ultramarino lembrava ao rei o quanto sua família havia servido à coroa, como podemos ver:

Salvador Correa de Sá diz que este posto e capitania das fortalezas (...) e com consideração de sua importância sendo o governador Martim de Sá, seu pai, na era de 603; os reis que governaram estes reinos, manda ... (ilegível), patentes de Capitães de duas fortalezas Santa Cruz e São João, a Gonçalo Correa de Sá e a Duarte Correa Vasqueanes, irmão e tio do dito governador, para se governar (...) do Rio de Janeiro (...).

(...) se atendo a qualidade que os que servirem nas conquistas nomeia em primeiro lugar, a Martim Correa Vasqueanes, filho de Duarte Correa Vasqueanes [um dos que concorriam com Agostinho na consulta], para além de ser um fidalgo que ajudou com sua fazenda a fazer a dita fortaleza e foi capitão dela mais de vinte anos até ser ... (ilegível) o governo daquela capitania, tem estes requisitos eficiência e serviços feitos nas fronteiras de capitão de infantaria do terço das armadas, de capitão de mar e guerra e sargento mor da companhia e está naquela cidade de ... (ilegível) (...).<sup>46</sup>

Quanto ao tempo de serviço, os Capitães de ambas as fortalezas, que não os filhos do Forte de Santa Cruz, apresentam anos de serviços à coroa muito elevados. Chegando inclusive há 30 anos, como foi o caso de As-

<sup>40</sup> Sobre esta conjuntura e a atuação de Salvador Correa de Sá e Benevides ver BOXER. Salvador... p. 416-417.

<sup>41</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 4, p. 71.

<sup>42</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 4, p. 654.

<sup>43</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 4, p. 654.

<sup>44</sup> Filho de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER. Salvador... p. 410.

<sup>45</sup> RHEINGANTZ. Op. cit.

<sup>46</sup> CA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1138.

cenço, que assume o baluarte de São João, em 1660.<sup>47</sup> Os filhos apresentam poucos anos de feitos, se vistos individualmente, o que não devemos fazer, como já falamos, pois se acrescentavam os anos de serviços dos pais aos filhos, como observamos na nomeação do filho José da Costa de Oliveira, pedida por seu progenitor ao rei:

Pede a Vossa Majestade que tendo respeito a ele [o pai, Manuel da Costa Cabral] suplicante ter servido esta coroa mais de quarenta e seis anos efetivos na guerra, armadas e conquistas sem mais prêmio nem mercê que a dita fortaleza, lhe faça Vossa Majestade mercê em consideração dos dezesseis anos e dez meses de serviço que novamente apresentam como também dos quinze anos e quatro meses que o dito seu filho [José da Costa de Oliveira] tem servido a vossa majestade naquela conquista (...).<sup>48</sup>

Os Capitães ao aportarem nas fortalezas já haviam circulado pelos espaços lusos, no reino ou nas colônias, mesmo os naturais da capitania e membros da elite local. Participaram das principais batalhas que Portugal se envolveu, com ênfase nas das Restaurações (Portuguesa, Pernambucana ou Angolana, especialmente as duas primeiras). Onde iam acrescentando anos de serviços as suas carreiras e progredindo nas patentes militares. Geralmente iniciavam suas trajetórias como soldados e já terem ocupado algum posto de Capitão.<sup>49</sup>

A análise destas biografias nos permite ver quão dinâmico era a circulação dos militares. Destarte, a carreira de Manuel da Silva é bastante exemplar, suas patentes foram: Soldado, Sargento, Alferes, Ajudante e Capitão de Infantaria. Atuou na Armada do Conde da Torre que veio defender a Bahia

(1638), onde ficou cativo dos holandeses, sendo solto na Ilha Terceira. Indo pelejar em Castela no assalto que se fez ao Castelo São Filipe. Volta para o Reino (1643) para correr à costa, desembarcando no Alentejo. Em 1644, participa das batalhas de Montijo e Elvas. Quatro anos depois luta em Olivença, logo depois passa a Tânger, onde fica até 1657, e de lá para Angola e depois Benguela, em 1662, assumindo o ofício de Capitão-Mor. Volta no mesmo ano ao Reino para guerrear em Juromenha. Dali passa com sua companhia para guarnecer a Fortaleza de Outão, em Setúbal, onde ficou cinco meses. E se encontrava na armada que percorria a costa do Reino para combater os inimigos, em 1667.<sup>50</sup>

Como já poderíamos imaginar os filhos são exceção dentro deste quadro de circulação espacial. Suas carreiras aparecem como estritamente locais e restritas à fortaleza. Não sendo obrigatório a estes terem alcançado o posto de Capitão anteriormente.<sup>51</sup> Desta monta, o rol dos serviços feito por um dos filhos, Antonio Nogueira da Silva, nos parece exemplar:

O Capitão Antonio Nogueira da Silva fez petição (...) em que diz que ele serve (...) no Estado do Brasil, e no (...) Rio de Janeiro desde o ano de 637 até o presente [1652] de soldado, sargento, alferes e capitão, (...) e que ultimamente foi vossa majestade servido respeitando a seus serviços e aos do Capitão Clemente Nogueira da Silva, seu pai, fazer lhe mercê da capitania da dita fortaleza, em conformidade da licença que para isso tinha, o qual cargo estar servindo com muita satisfação (...).<sup>52</sup>

Quanto ao *status* social a capitania da Fortaleza de Santa Cruz ajudava ao acrescentamento das distinções sociais, mesmo para os filhos. Um deles, Antonio Nogueira

<sup>47</sup> CA, Rolo 4, Caixa 5, Doc. 843.

<sup>48</sup> AHU-RJ, cx. 5, doc. 79, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 517. [post. 1686, Setembro, 9].

<sup>49</sup> Havia a necessidade de ter chegado ao posto de Capitão, posto que era um dos critérios para se pedir uma mercê, como veremos mais adiante.

<sup>50</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 5, p. 1018.

<sup>51</sup> Como foi o caso de José da Costa de Oliveira, que chegou a patente de Sargento do número da Fortaleza de Santa Cruz, posto máximo antes de sua nomeação para aquela capitania. Cf. AHU-RJ, cx. 5, doc. 79 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 517.

<sup>52</sup> AHU-RJ, cx. 3, doc. 24 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 3, D. 220 e AHU – RIO DE JANEIRO. 19/1/1652.



da Silva, recebeu o Hábito de São Tiago, em 1658,<sup>53</sup> após a sua nomeação, que ocorrera em 1649.<sup>54</sup> O mesmo se deu com Manuel da Costa Cabral, que passa a ocupar o posto em 1685. Não sabemos em que ano se torna Cavaleiro-Fidalgo.<sup>55</sup> Mas só encontramos referências ao seu título de nobreza depois de ter se tornado Capitão da Fortaleza de Santa Cruz. O único que já aparece na nomeação como Cavaleiro-Fidalgo é Manuel da Silva, talvez pelo fato de já ter circulado pelos distintos espaços lusos e combatido toda a sorte de infiéis (holandeses, mouros e africanos),<sup>56</sup> em 29 anos de serviços, o que lhe ajudou em sua ascensão social.

Esta diferença entre as fortalezas já era sentida pelos próprios habitantes da cidade, assim o Senado da Câmara escreveu, em 1651, ao Conselho Ultramarino e ao rei recomendando:

Os oficiais da Câmara da capitania do Rio de Janeiro (...) escrevem a Vossa Majestade em carta de 30 de julho passado, que já se apresentou a Vossa Majestade que sendo a fortaleza Santa Cruz a que mais necessita de sujeito que a saiba defender dos inimigos (...).<sup>57</sup>

Para o Forte de Santa Cruz era necessário mais experiência, tanto em anos de serviços, como em batalhas mais importantes, como possuir uma melhor qualificação social. O mesmo não ocorre com a de São João. O serviço a se acrescentar a um possível pedido de distinção social, como um Hábito parece não ocorrer. Nenhum Capitão depois

de ter passado por esta capitania recebe alguma elevação social. Mais ainda, Ascenço, que já havia recebido o de Hábito de Avis, em 1647,<sup>58</sup> não consegue ascender ao próximo degrau, o Hábito de Cristo, mesmo tendo ficado no posto, quase nove anos.<sup>59</sup> Os serviços prestados desde o ano de 1628 no Rio de Janeiro, entre eles uma nomeação temporária para substituir o Capitão da Fortaleza de São João<sup>60</sup>, com um elevado número de anos de serviços, tiveram que ser acrescentados aos de seu primo, para que conseguisse o Hábito de Avis. Há somente um Capitão, Agostinho de Barros de Vasconcelos, que já chega, em 1671, com um acrescentamento social, que se deve a conjuntura específica de sua nomeação.<sup>61</sup> Havia recebido o título de "Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo por feitos a esta coroa na província do Alentejo desde o ano de 654 até o presente [1671]".<sup>62</sup> Este acabara de ser escolhido para substituir o Capitão que havia sido assassinado, Francisco Pinto Pereira. Acreditamos que esta morte esteja ligada às questões relativas à ocupação do posto. Nesse sentido, seu sucessor deveria ter um capital imaterial para que pudesse se impor naquele panorama específico.

Todos os aspectos levantados até aqui eram fundamentais para o funcionamento da sociedade portuguesa e a do Rio de Janeiro, se é que elas possam ser separadas. Desta monta, nos parece que este modelo confirma a ideia de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha de uma monarquia pluricontinental, em suas palavras: "caracterizada pela comunicação

<sup>53</sup> TORRE DO TOMBO. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, Vol. 2, p. 201

<sup>54</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 1, p. 349 e 387v. Olival destaca que das três ordens existentes em Portugal (Cristo, Avis e São Tiago) a mais nobre era a primeira. Sua distribuição obedeceria a certa hierarquização, desta monta o Hábito de São Tiago era comumente concedido aos naturais do Brasil. Cf. OLIVAL. Op. cit., p. 173.

<sup>55</sup> O indivíduo por meio de mercê real poderia se tornar Cavaleiro-Fidalgo, caso não nascesse com esta qualidade. Cf. MAGALHÃES, J. R. A Sociedade. In MAGALHÃES, J. R. (Coord). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, Vol. 3, p. 487.

<sup>56</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 5, p. 1018.

<sup>57</sup> CA, Rolo 4, Caixa 4, Doc. 728.

<sup>58</sup> TORRE DO TOMBO. Op. cit., Vol. 1, p. 233.

<sup>59</sup> Olival ao estudar a distribuição dos três Hábitos (Cristo, Avis e São Tiago), que existiam em Portugal, durante o Antigo Regime, sublinha que o mais valorizado era o primeiro, seguido pelo segundo, sendo o terceiro o distribuído majoritariamente aos naturais do Brasil. Ao mesmo tempo, postula que era comum a pessoa agraciada com o Hábito, que não o de Cristo, não tirasse a portaria, pois ficava aguardando que prestasse mais serviços e acrescentasse aos anteriores e, desta forma, pedir o Hábito mais valorizado. Cf. OLIVAL. Op. cit., p. 173.

<sup>60</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 1, p. 64.

<sup>61</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 5, p. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, p. 103v.

<sup>62</sup> ANRJ. Cód. 61, vol. 5, p. 1011.

permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (militares, (...) e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instancias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro".<sup>63</sup>

Havia a possibilidade das elites locais, como candidatos ligados aos senhores de engenho e aos conquistadores participarem do processo seletivo para a escolha dos Capitães de fortaleza, mais ainda existia a chance de ganhá-los. Seus membros eram sabedores que tinham a necessidade de se diferenciar numa destas esferas, neste caso militar. Somente em um caso, Gaspar Martins de Almeida, temos um senhor de engenho. No geral os candidatos eram filhos segundos, irmãos, sogros, cunhados e/ou genros de senhores de engenho. Dificilmente traziam em suas biografias postos civis da república, o que ocorria com seus parentes, que encabeçavam a liderança da família e eram ligados ao açúcar. Estariam cumprindo com suas obrigações dentro de seu grupo e estes eram os recursos que possuíam para que pudessem ascender socialmente<sup>64</sup>.

Magalhães observou que existia uma lógica social com uma dinâmica própria no mundo colonial.<sup>65</sup> Assim, o candidato deveria ter tido uma circularidade nos espaços colônias, sobretudo com experiência no lugar onde atuaria e no enfrentamento aos holandeses em Recife, ao mesmo tempo ter passado em algum momento de sua carreira militar pelo Reino, nas batalhas da Restauração. Por um lado os concorrentes, sejam os naturais do espaço americano ou os que tinham sua base familiar ali, se dirigiam para Angola<sup>66</sup> e Sacramento, regiões subordinadas diretamente aos interesses da capitania do Rio de Janeiro.<sup>67</sup> Por outro, dificilmente passariam pelo Norte da África e Ilhas do Atlântico,<sup>68</sup> onde os candidatos que não eram ligados aos grupos na América circulavam.

Cabe observar que os diferentes padrões de circulação são fruto de distintos recursos e interesses que os agentes eram possuidores. Eram as capitanias destes fortes, que serviam como ponto de encontro destes distintos padrões de circulação, onde se davam trocas e negociações entre diversos grupos. Eram nestas guerras das Restaurações (Portuguesa, Pernambucana e Angolana), onde foram recrutados os homens que compuseram os principais postos militares no Império português, particularmente nas duas primeiras. Desta monta, Monteiro e Bicalho<sup>69</sup> ressaltaram, em dois artigos que dialogam entre si, que estes conflitos foram fundamentais para o estabelecimento de pactos entre a monarquia e as pessoas que lutaram naqueles campos de batalha.

<sup>63</sup> CUNHA e MONTEIRO. Op. cit., p. 194.

<sup>64</sup> BARTH, Fredrik. Process and form in social life - vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

<sup>65</sup> Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Andanças atlânticas em tempos hispânicos. In VENTURA, Maria da Graça A Mateus. Os espaços de sociabilidade na Ibero-américa (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 141-149. Hespânia, ao dar uma síntese dos novos trabalhos acerca da administração do Império português, também enfatiza a impossibilidade de se usar "a tradicional imagem de um Império central, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole". Cf. HESPÂNHA. A constituição do Império português... p. 163-188.

<sup>66</sup> E regiões subordinadas a ela, como Benguela, por exemplo. Assim, Alencastro sublinhou que a luta contra os holandeses teria permitido aos brasílicos pedir cargos em Angola. Em nossa documentação, também achamos padrão semelhante. Todos os concorrentes que passaram por Angola, haviam se envolvido antes em alguma querela contra os holandeses na América. Mas a situação era mais complexa, estes agentes não tinham ambições somente do outro lado do Atlântico, também pediam e recebiam postos deste lado. Cf. ALENCASTRO. Op. cit., p. 303.

<sup>67</sup> Para se ter uma ideia melhor acerca das relações que se estabeleciam entre as diversas áreas periféricas no Império português, sobretudo entre as periferias da América e África ver RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 1998, Vol. 18, nº 36. Texto disponível na internet.

<sup>68</sup> Não incluímos a Índia, pois dificilmente um dos candidatos que se apresentaram em nossas consultas por lá passaram.

<sup>69</sup> Para maiores detalhes acerca destes pactos ver: MONTEIRO, Nuno G. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social e BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2005. www.almanack.usp.br

Era possível integrar pessoas oriundas das franjas do Império, devido à circulação que poderiam ter no mundo português. A integração passava pela negociação entre o rei e a periferia.<sup>70</sup> Existia também um diálogo das elites das conquistas com o centro, que possibilitava a ocupação de cargos, que hoje chamaríamos de "segundo escalão", como o ofício de Capitão da Fortaleza de São João, por membros daquele grupo.<sup>71</sup>

Ocupar os postos cismeiros da administração governamental (vice-reis, governador-geral e capitães-mores) não era tão necessário para que as elites periféricas se integrassem ao centro. Outras instituições permitiam isto, como os ofícios militares, a justiça, a fazenda, as ordenanças<sup>72</sup> e as Câmaras Municipais.<sup>73</sup> Estas não eram importantes só pela relação centro-periferia, mas dentro das próprias periferias, posto que eram responsáveis pela tutela mútua que faziam entre seus membros, o que acarretava no equilíbrio social, sendo esta, mais uma característica da Monarquia Pluricontinental.<sup>74</sup> Além disto, existia espaço para que as elites periféricas tutelassem estes militares "reinóis". Afinal de contas, para a defesa da barra existiam duas fortalezas, uma, a de Santa Cruz, com um perfil de ocupação de militares "reinóis", mesmo tendo ligações com os Sás, enquanto a outra, a de São João, era ocupada por pessoas ligadas à localidade e aos Sás (antes da revolta). Não sendo mister o enraizamento de todos os agentes no espaço colonial.

No campo da lógica e hierarquia social, se respeitava e corroborava a apresentada

na região. Este seria o cadiz de natureza compósita. Por isso as diferenças sociais, como os Hábitos e os títulos não era o fator preponderante para a escolha. Ele servia para desempatar uma disputa que no geral se dava de maneira muito equilibrada. O que fazia com que, como sublinhou Monteiro e Cunha, as distinções sociais emanadas do centro também fossem buscadas pelas periferias, ainda que estas tivessem uma hierarquia própria.<sup>75</sup>

Os fatores objetivos a serem levados em conta na escolha de um dos candidatos eram um somatório daquelas características já levantadas e nunca uma única característica isolada. Com especial ênfase a experiência militar, que era lida a partir de quatro chaves de forma hierárquica.

Primeira, vivência local – não só relativas às questões militares, mas também sobre a economia – como recomendava o Regimento do Conselho Ultramarino. Segunda, ter passado por batalhas da Restauração Portuguesa, onde se ganharia experiência militar e se teria a oportunidade de provar a lealdade ao rei frente aos principais inimigos naquele momento, os espanhóis.<sup>76</sup> Terceira, se havia praticado algum sacrifício, tendo usado sua fazenda ou sido ferido ou ficado cativo do inimigo. Quarta, os anos de serviços. Com as distinções sociais servindo para desempatar estes critérios, que mais uma vez eram bastante equilibrados. Notemos que este grau de importância entre estas características sempre foi o mesmo, não sofreram alterações com as diversas conjunturas do Reino. O mesmo não ocorre com as conjunturas no Rio de Janeiro. A interferência

<sup>70</sup> Cunha e Monteiro salientam que mesmo os espaços mais longínquos do Império conseguiam se comunicar com o centro. Cf. CUNHA e MONTEIRO. Op. cit., p. 242.

<sup>71</sup> Russel-Wood destacou que o Conselho Ultramarino era o único órgão da administração central lusa que permitia a entrada dos naturais da América em suas fileiras, sendo, portanto um espaço privilegiado para integração de suas elites ao sistema. Cf. RUSSEL-WOOD. A. J. R. Op. cit.

<sup>72</sup> As ordenanças, por onde geralmente se começava a ascensão social e principal via para tal, eram uma das instituições mais importantes da localidade, inclusive muitas vezes possibilitavam o enobrecimento. No Reino, os Capitães-Mores e Sargentos-Mores eram considerados nobres vitaliciamente, enquanto que para os Capitães de Ordenança a distinção valia enquanto estivessem exercendo o ofício. MONTEIRO. Elites... p. 46 e ss.

<sup>73</sup> Esta é uma referência clássica de Boxer, que diz que o que homogeneizava os espaços portugueses era a presença das Câmaras e das Misericórdias. Cf. BOXER. C. R. *O Império Marítimo português*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 286.

<sup>74</sup> CUNHA e MONTEIRO. Op. cit., p. 242.

<sup>75</sup> Cf. CUNHA e MONTEIRO. Op. cit., p. 191-252. Notemos que nas consultas aos cargos, nas quais são relatados os serviços e a qualidade dos candidatos aparecem apenas as distinções sociais relevantes no centro.

<sup>76</sup> Hespanha e Nogueira da Silva mostram que os mitos fundacionais do Estado português estavam ligados ao combate aos espanhóis, que novamente eram resgatados. Cf. HESPANHA, A. M. e NOGUEIRA DA SILVA, A. C. A identidade portuguesa. In MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4, p. 18-41.

destas nas nomeações ficará ainda mais clara se analisássemos as nomeações feitas pelos governadores. A revolta contra os Sás (1660-1) inaugurou um novo cenário que influenciará nas futuras escolhas.

Pedro Puntoni ao analisar as guerras brasílicas, especialmente as de Pernambuco, mostrou que eram diferentes das praticadas na Europa, mesmo as que foram travadas contra o inimigo europeu. Estas se diferenciavam das chamadas guerras militares científicas praticadas na Antigo Mundo. Para as fortalezas era preciso possuir conhecimentos dos dois tipos de guerras. O militar deveria proteger a capitania de seus inimigos (navios europeus e tribos indígenas). Portanto, para ocupar tal posto deveria possuir esta dupla experiência. Por isso a importância de ter atuado na América e no Reino. Além do mais, os corpos militares da América, inclusive as fortalezas da capitania, estavam repletas de índios, sendo necessário manejar as táticas que estes usavam, para que pudesse comandá-los.<sup>77</sup>

Interessante notar que o monarca e os conselheiros deveriam ser bastante inteligentes para conseguirem manobrar, quando faziam suas escolhas, dentro deste quadro que valorizava a experiência local que o candidato deveria possuir. Uma vez que ocupar o ofício estava inserido em um conjunto de interesses que privilegiariam determinadas atitudes, especialmente as ligadas ao comércio. Isto fica mais claro quando nos deparamos com a conjuntura pós-restauração em que a capitania do Rio de Janeiro se mostrava a área de alargamento de fronteiras mais importante do Império, o que acarretou no aumento das tensões sociais. No que pese que as nomeações seguissem este padrão e que as redes estivessem repletas de parentes e clientes, as escolhas não se davam dentro deste universo de forma fixa e imutável. Novas oportunidades apareciam dentro

desta expansão de fronteira, assim muitas vezes as escolhas poderiam ser circunstanciais, como enfatizou Gouvêa.<sup>78</sup>

Só é possível entender estes processos se discordarmos de Nuno Monteiro, pelo menos no que diz respeito ao estrato social que estamos trabalhando. Suas afirmativas só podem ser levadas em consideração para o seu objeto de trabalho, o topo da sociedade portuguesa, e os postos que estes agentes ocupavam. Ao analisar a cultura política do Antigo Regime português afirmou que: "A cultura política que a impregnava era totalmente distinta da meritocracia individualista (...)"<sup>79</sup> e "para as instituições, como para todos aqueles que participavam nesta teia de relações, eram as casas, e não os indivíduos, as categorias pertinentes".<sup>80</sup>

É claro que não tratamos de uma sociedade da meritocracia. Estamos tratando de uma sociedade onde as linhagens e as casas senhoriais tinham o seu valor. Todavia, sabemos que estes concorrentes não pertenciam às melhores linhagens e casas senhoriais, não tendo como se beneficiar deste capital imaterial. Se localizavam abaixo deste estrato social, onde a mobilidade era muito mais presente do que naquele. Havia espaço e oportunidades para certo grau de ascensão social. Magalhães tratou exatamente deste grupo quando afirmou que "se a pouca espessa camada superior dificilmente se deixa penetrar, o muito mais volumoso estrato que se lhe subordina é bastante plástico e permeável".<sup>81</sup> Logo, "a plasticidade social e a possibilidade de mudança de estado e condição estavam abertas, desde que o rei assim o entendesse e o comportamento individual a isso desse acesso".<sup>82</sup> Sendo uma destas possibilidades de acesso a carreira das armas.<sup>83</sup> Desta forma a sociedade se reproduzia e aos poucos seus integrantes e seus grupos iam se movendo dentro da hierarquia social, dependendo do sucesso de suas estratégias.

<sup>77</sup> PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra no Brasil*. In CASTRO, C. et al. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, p. 51.

<sup>78</sup> GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. André Cusaco: o irlandês "intempestivo", fiel súdito de Sua Majestade. In VAINFAS, R. et al (org.). *Retratos do Império*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 157 e 163.

<sup>79</sup> MONTEIRO. *Elites...* p. 103.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.103.

<sup>81</sup> MAGALHÃES. *Op. cit.*, p. 509.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 495.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 507.

Mas esta ascensão dependia da vontade do rei, a quem cabia manter a ordem social, conforme ideário da Escolástica.<sup>84</sup> Por isso as distinções emanadas do centro eram tão procuradas, pois possibilitavam o reconhecimento do monarca e serem os escolhidos para receber a graça, especialmente quando era urgente desempatar uma disputa. Este equilíbrio era fundamental para manter a estabilidade social, uma das bases da Monarquia Pluricontinental, como salientaram Monteiro e Cunha. Ao mesmo tempo em que mostra que estes candidatos também possuíam um conjunto de interesses mercantis, políticos e sociais semelhantes.

Não podemos deixar de lembrar que este ofício era primordial para o comércio e que a sua reprodução dependia mais de sua posição hierárquica na sociedade do que de seu capital de giro, como também o era para o posto de governador, como Fragoso e Gouvêa destacaram.<sup>85</sup> Afinal de contas como uma sociedade pré-capitalista “a interferência da política na economia tinha por eixo o mundo hierarquizado e estamental”<sup>86</sup> e que o “acesso aos circuitos mercantis dependiam do *status* do empresário”.<sup>87</sup> Sendo, portanto fundamental o papel do rei, pois afinal era o agente que geria a manutenção da ordem social, que passava pelas nomeações aos ofícios e que tinha como objetivo a ser seguido a “cristalização social, numa desejada estabilidade”.<sup>88</sup>

Para finalizar o artigo voltemos à questão proposta anteriormente. Quais eram os critérios para se ocupar um determinado ofício? Infelizmente os estudos que se preocupam em analisar o recrutamento e/ou o perfil social dos ocupantes de ofícios militares – que não os do corpo das ordenanças que era composto pelas forças locais de cada região – tratam dos postos mais importantes – vice-reis, governadores-gerais e Capitães-Mores. Desta forma, outros ofícios do cor-

po da infantaria paga são pouco estudados. Acreditamos que estudos que tenham este objeto são fundamentais para se entender o funcionamento do América portuguesa, não só na sua questão militar, mas também na econômica e na administrativa, afinal atuavam nestas diversas esferas. O quadro se torna mais urgente quando lembramos que as análises que têm como esqueleto as redes, mesmo já tendo avançado em outros ofícios, especialmente os providos diretamente pela localidade, falaram pouco a respeito do assunto. Se tornam indispensáveis estudos que tentem ampliar o panorama, afinal, como já vimos, o poder de influência destes Capitães no comércio na capitania e fora dela era bastante significativo e não deixavam de ser um dos pontos nodais destas redes.

Afinal como lembra Gouvêa: “Para compor estas redes governativas foi fundamental o processo de recrutamento e remuneração de diversos tipos de serviços”<sup>89</sup> e pelo fato dos Capitães de fortaleza, junto com a rede governativa formarem “ (...) um grupo articulado na defesa de determinadas estratégias políticas e mercantis, constituindo-se um grupo que atuava de modo privilegiado no campo da governação, mas que, através desta, agia em defesa dos interesses mais gerais de uma rede mais ampla, uma rede imperial.”<sup>90</sup> As redes eram compostas de agentes das mais diversas qualidades. Numa das extremidades tínhamos os escravos e na outra os governadores, no meio comerciantes, senhores de engenho e, até mesmo, Capitães de fortaleza. É necessário estudar não só os indivíduos que estão nos polos, mas os que se encontram no interior também.

Este vácuo de informações compromete uma discussão historiográfica mais aprofundada. No entanto, podemos nos apropriar de alguns elementos já levantados para aqueles ofícios mais elevados dentro da hierarquia administrativa e lê-los com outros olhos. Não

<sup>84</sup> Cf. SKINNER. *Quentim. As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das letras, 2006.

<sup>85</sup> Cf. FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. *Nas rotas da governação portuguesa*: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, J. (Org.). Et al. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, p. 27.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 26-27.

<sup>88</sup> MAGALHÃES. *Op. cit.*, p. 509.

<sup>89</sup> GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. *Op. cit.*, p. 156.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 155.

nos esquecendo que apresentavam características inerentes a sua natureza. O que irá influenciar no perfil social de quem ocupará tal posto. Mas, tentemos a empreitada e ou- semos avançar um pouco.

Monteiro e Cunha, citando Olival, sublinharam que para a escolha daqueles postos mais importantes era seguida uma recomendação que hierarquizava os espaços portugueses. Para remuneração dos serviços se obedeceriam a ordem: 1<sup>a</sup>), Norte da África; 2<sup>a</sup>) nas armadas da costa; 3<sup>a</sup>) na Índia; 4<sup>a</sup>) no Reino; e 5<sup>a</sup>) no Brasil. Mesmo com a criação do Regimento das Mercês (1671), os serviços na Índia ainda eram mais valorizados que os do Brasil e do Reino.<sup>91</sup>

Tal premissa não parece ser aplicável aos nossos Capitães. Este Regimento não parece ter influenciado em nossas concorrências. Vários deles haviam atuado no Norte da África, especialmente em Mazagão, e em algumas armadas da costa, mesmo assim parecem que a experiência no Rio de Janeiro foi mais importante para a sua escolha.

O mesmo ocorre com os que serviram no Oriente. Dos 41 candidatos que se apresentaram nas consultas<sup>92</sup> temos apenas dois que por lá estiveram. A passagem por aquele espaço não ajudou muito. Na consulta que nomeia Baltasar Cesar D'êça,<sup>93</sup> como Capitão da Fortaleza de Santa Cruz (1664), um dos concorrentes, Diogo de Macedo havia estado por lá, tendo sido Capitão de Cantão, onde foi prisioneiro dos holandeses e passou sofrimentos e trabalhos, além de ter atuado também no Reino. Tendo 23 anos de serviços prestados. Ao fazerem as escolhas nesta consulta dois conselheiros e o presidente, Conde de Arcos, deram seus pareceres de forma idêntica, o que não ocorreu com o conselheiro, Miguel Zuzarte de Azevedo. Aqueles escolheram o ex-Capitão de Cantão

como 2<sup>a</sup> opção, atrás do que acabaria sendo nomeado pelo rei, Baltasar, e que fora indicado como primeira opção. Enquanto, o conselheiro que vota em separado, faz exatamente a escolha inversa, Diogo como primeira e Baltasar como segunda opção.<sup>94</sup>

Alencastro, preocupado em entender como se deram os processos de nomeação para os postos militares em Angola, na segunda metade do século XVII, elaboradas pelo Conselho Ultramarino, enfatizou que havia uma hierarquização das batalhas e os inimigos com os quais os concorrentes haviam travado contato, desde que tivessem *status* social semelhantes. Assim, os principais adversários eram os europeus, os inimigos mais difíceis a serem derrotados e, portanto os mais valorizados. Os serviços mais importantes passavam a ser as lutas contra os espanhóis na Europa, durante a Restauração Portuguesa; seguidas pelas Índias; as batalhas no Brasil, contra os holandeses, durante o período da invasão, não tendo muito valor os conflitos contra os índios; e por último, as feitas na África contra a população local.<sup>95</sup>

A hierarquização mudou em razão do reordenamento econômico do Império, no último quartel do século XVII. As guerras brasílicas e angolanas passam a ser mais valorizadas. Não encontramos nenhum candidato que tenha participado das guerras angolanas sendo lembrado pelos conselheiros, o que não ocorre com os combatentes nas guerras brasílicas.<sup>96</sup> Entre estes não encontramos nenhum que tenha enfrentado somente gentios brasílicos. O que mostra que os que se especializaram neste tipo de combate não participavam do processo seletivo que analisamos.

A valorização da experiência no espaço americano era uma forma de integrar as

<sup>91</sup> CUNHA e MONTEIRO. Op. cit., p. 210.

<sup>92</sup> Optamos por contar novamente o concorrente que se apresentou em mais de um processo seletivo.

<sup>93</sup> CA, Rolo 5, Caixa 6, Doc.1020-1021.

<sup>94</sup> Outro personagem que por lá esteve foi Domingos Cardoso, que concorre ao Forte de São João, em 1700, quando é nomeado Manuel Luiz. Infelizmente, este documento está ilegível e só conseguimos ler os concorrentes. Desta forma, sabemos que o mesmo esteve por aquelas bandas devido a outras nomeações. Cf. CA, Rolo 12, Caixa 12, Doc. 2352; AHU-RJ, cx. 299, doc. 9 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 7, D. 735.

<sup>95</sup> ALENCASTRO. Op. cit., p. 302-307.

<sup>96</sup> Guerras com um perfil próprio. Contavam com massiva participação de índios que influenciaram no modo de se pelejar, onde o conhecimento do território era fundamental para se vencer o inimigo, sejam outros índios ou holandeses. Para mais detalhes sobre estas guerras ver. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo: Edusp, s/d. e PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra ...* p. 43-66.

suas elites ao Império e da própria natureza do ofício. Não que a integração das elites africanas não passasse por processo semelhante, mas não a faziam com o mesmo grau de importância.

A autora que mais chegou perto de nossas conclusões foi Cunha, que comenta as ideias de Alencastro.<sup>97</sup> Ela restringiu o critério do autor para os postos de “menor importância”,<sup>98</sup> deixando claro que o que contaria era a experiência local.

No entanto, Cunha se torna vacilante, talvez pelo pequeno número de estudos que tratem do objeto, ao analisar as concorrências para Capitão-Mor da Paraíba e se diz incapacitada, pois ainda há que se avançar para responder a questão. O quadro se complicaria ainda mais se levarmos em consideração que dentro do Conselho Ultramarino existiriam dois grupos, um que defenderia a experiência militar e o mérito e outro que exigia um melhor conhecimento das realidades locais, como fatores a serem levados em conta na hora da seleção.<sup>99</sup>

Percebemos que para os militares que foram nomeados era bastante difícil enquadrá-los nesta divisão presente no

Conselho Ultramarino. Os Capitães apresentavam as características que eram caras aos dois grupos, tinham experiência militar e mérito e, acima de tudo, conhecimento das realidades locais, sejam as relativas ao mundo militar (havia servido na capitania) ou ao civil (apresentavam ligações sociais com senhores de engenho/conquistadores, especialmente os Capitães da Fortaleza de São João, e/ou com os Sás). No entanto, não acreditamos que esta característica seja comum para todas as áreas do Império. Outros estudos com agentes que ocuparam ofícios semelhantes em diversos espaços de dominação lusa devem ser feitos.

Para concluir, lembremos o poeta do início do texto. Havia, quase sempre, tantas léguas a separar os Capitães de seus entes queridos. Os constantes deslocamentos destes fiéis vassallos de Sua Majestade os levavam a: navegar, lutar, pedir e, quem sabe, receber, desde que tivessem lutado no mesmo lócus onde se pedia e aí talvez a festa pudesse ser bonita se fossem agraciados com alguma mercê pelo rei.

---

<sup>97</sup> CUNHA. Op. cit., p. 79.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>99</sup> CUNHA, Mafalda S. *Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)*. In BICALHO e FERLINI. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 85-86.